

O QUE A MÍDIA SILENCIOU NA VOTAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NO SENADO FEDERAL: UMA BREVE ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Autores: Isabel Cristina de Araujo Rodrigues e Fernando Albino Leme

Orientadora: Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes

Em agosto de 2016, ocorre a segunda etapa do julgamento de Dilma Rousseff (PT) no Senado Federal, após a denúncia admitida pela Câmara dos Deputados, em 17 de abril do mesmo ano, a qual acusou a então presidente de ter cometido crime de responsabilidade durante o primeiro ano do segundo mandato presidencial. Tal acontecimento suscitou inúmeras discussões entre juristas, políticos, empresários e cidadãos, que foram amplamente veiculados na imprensa brasileira. Desde a reeleição, em outubro de 2014, Dilma vivia um momento conturbado, muito marcado por pressão da oposição, do mercado e da sociedade civil. As ameaças de um processo de *impeachment* estavam constantemente na pauta do Congresso Federal. Diante de um cenário de ampla cobertura midiática, verifica-se maior cautela com o conteúdo discursivo de parlamentares, juristas e membros do executivo, ambiente distinto do que ocorreu na Câmara dos Deputados durante a votação pela aceitabilidade do pedido de *impeachment* de Dilma, em 17 de abril de 2016, cuja cobertura transformou-se em espetáculo político midiático (WEBER, 2011). Portanto, no caso dos senadores, acredita-se que as narrativas buscavam reforçar a seriedade, credibilidade e legalidade daquele que seria um importante momento histórico. Esse texto busca analisar a cobertura adotada pela mídia *on-line*, a saber, jornais “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, as revistas “Veja” e “Carta Capital” e o portal “Jornal Brasil de Fato”, na cobertura da votação no Senado Federal do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

Apoio PROSUP-CAPES